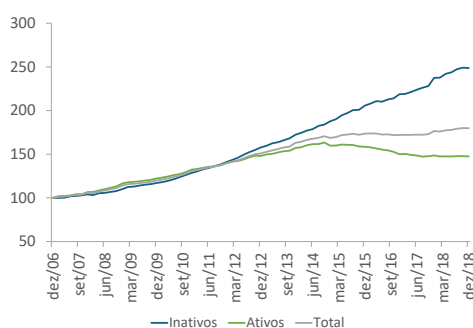


NOTA TÉCNICA

Indicadores Ipea de gastos com pessoal nos estados – atualização até o último bimestre de 2018

Os indicadores Ipea de gastos com pessoal nos estados registraram a continuidade, em 2018, das dinâmicas distintas dos gastos com pessoal ativo e inativo, que têm caracterizado as finanças públicas estaduais desde 2013 (gráfico 1). Enquanto o crescimento médio real¹ registrado nos gastos com pessoal *ativo* em 23 estados com dados disponíveis² foi de 0,7% em 2018, os gastos com pessoal *inativo* cresceram em média 7,6% em termos reais no ano passado. Como resultado, os gastos *totais* com pessoal tiveram um crescimento real médio da ordem de 2,9% nos referidos 23 estados no ano passado.³

GRÁFICO 1
Evolução histórica dos indicadores de gasto com pessoal nos estados brasileiros
(Dados deflacionados pelo IPCA, agregados e acumulados em doze meses – 2006 = 100)



Elaboração dos autores.

Os dados refletem dois fenômenos interligados. O primeiro é o elevado ritmo de crescimento das novas aposentadorias verificado nos últimos anos – reflexo, em grande medida, do ciclo de contratações de servidores públicos ocorrido nos anos 1980 e nos anos 1990, até a renegociação das dívidas estaduais em 1997.⁴ O segundo é a não reposição de parte significativa dos postos de trabalho antes ocupados pelos recém-aposentados. Os dados das tabelas 1 e 2 refletem ambos os fenômenos com clareza.

1 Quando deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

2 Não foi possível construir indicadores de gastos com pessoal ativo nos casos dos estados de Amapá, Piauí, Rio Grande do Norte e Roraima. Também não foi possível construir indicadores de gastos com inativos nos casos de Amapá, Rio Grande do Norte e Roraima.

3 Os indicadores foram calculados sem o benefício dos dados anuais da base Execução Orçamentária dos Estados (EOE) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) – que ainda não estavam disponíveis quando do fechamento do texto. Esse último fato fez com que em onze estados – Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Santa Catarina e Sergipe – os indicadores de gastos com pessoal ativo em 2018 tivessem de ser calculados por meio dos procedimentos de nowcasting discutidos em Santos et al. (2018). Em cinco outros estados – Acre, Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo e Tocantins – os dados de alta frequência disponíveis nos respectivos portais de transparência são compatíveis com os dados anuais relevantes, de modo que nenhum ajuste precisou ser feito. Por fim, em outros sete estados – Alagoas, Amazonas, Distrito Federal, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul – os dados anuais nos respectivos portais de transparência são compatíveis com os dados da STN, de modo que os indicadores de gastos com pessoal ativo foram construídos a partir dos procedimentos de desagregação temporal discutidos em Santos et al. (2018), aplicados nos dados anuais atualizados até 2018. Os indicadores de gastos com inativos dependem mais dos dados de relatórios orçamentários e previdenciários do que de dados da STN, de modo que são menos afetados pela indisponibilidade desses últimos.

4 Werneck (1995) e Giambiagi (1997) discutem o período em questão.

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

André José Silva de Brito

Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea

João Henrique Batista de Sá

Pesquisador do PNPD na Dimac/Ipea.

Udson Eduardo Nogueira Machado

Pesquisador do PNPD na Dimac/Ipea.

TABELA 1

Taxas de crescimento médias anuais do número de servidores estatutários ativos (2014-2018)

(Em %)

AC	AL	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA
-3,6	-3,0	0,7	-5,0	-1,1	-2,8	-3,4	-2,4	0,2	-4,0	-1,8	0,5	-0,6
PB	PE	PI	PR	RJ	RO	RS	SC	SE	SP	TO	Média	
-4,3	-4,8	-3,7	1,6	-3,3	-3,1	-4,9	-2,5	-4,1	0,0	-1,8	-2,4	

Fonte: Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPRs).

TABELA 2

Taxas de crescimento médias anuais do número de servidores inativos (2014-2018)

(Em %)

AC	AL	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA
11,9	3,4	6,6	4,7	3,2	5,4	3,7	2,2	4,9	-1,0	6,1	4,7	n.d
PB	PE	PI	PR	RJ	RO	RS	SC	SE	SP	TO	Média	
4,5	3,7	2,1	n.d	1,8	16,4	2,7	4,1	n.d	5,0	12,3	5,2	

Fonte: Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPRs).

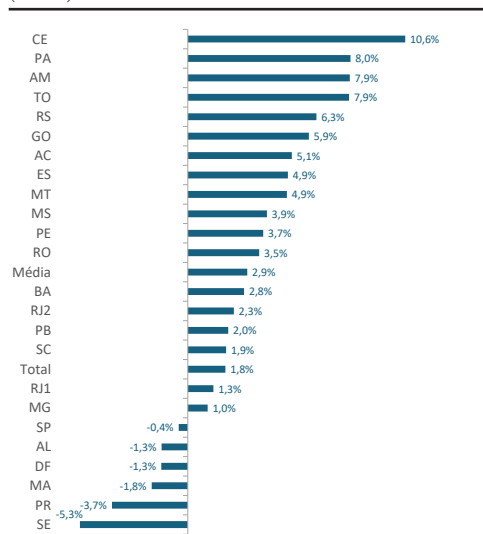
2 Dados anuais, por estado, em 2018

Gastos com pessoal costumam aumentar em anos eleitorais – em geral, por conta da contratação de novos servidores e aumentos de salários. É possível argumentar, em vista dos efeitos da crise econômica do país e do controle de gastos nos estados que renegociaram dívidas com a União no biênio 2016-2017, que 2018 não foi um ano eleitoral típico. Ainda assim, a tradição se manteve no ano passado na maioria dos estados (gráfico 2A). O rápido crescimento dos gastos com inativos (gráfico 2B) foi, claro, um dos principais motores dos gastos com pessoal totais. Mas, em vários estados, os gastos com pessoal ativo também subiram consideravelmente em 2018 (gráfico 2C), ajudados (ou não) por incrementos no número de servidores estatutários ativos (tabela 3).

GRÁFICO 2a

Taxas de crescimento reais, por estado, do gasto com pessoal total, com ativos e com inativos (2018)¹- Gastos totais

(Em %)



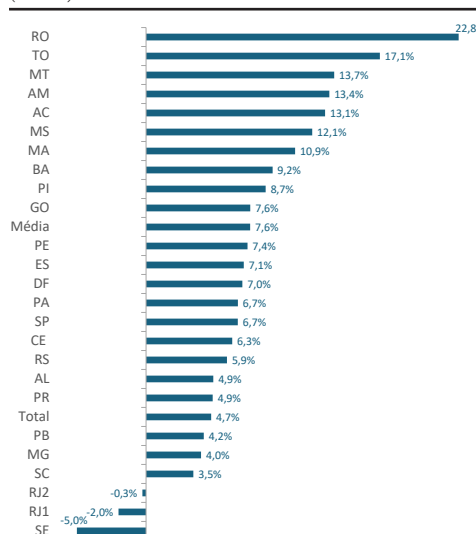
Elaboração dos autores.

Nota: ¹ As duas medidas de gastos com inativos do estado do Rio de Janeiro são discutidas em detalhe em Santos et al. (2018) e revisitadas a seguir.

GRÁFICO 2b

Taxas de crescimento reais, por estado, do gasto com pessoal total, com ativos e com inativos (2018)¹- Gastos com inativos

(Em %)



Elaboração dos autores.

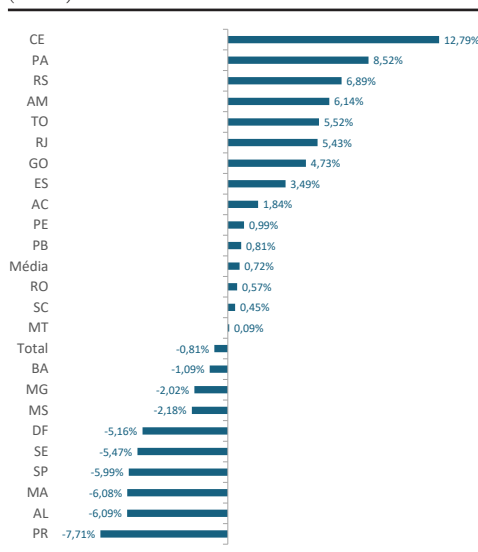
Nota: ¹ As duas medidas de gastos com inativos do estado do Rio de Janeiro são discutidas em detalhe em Santos et al. (2018) e revisitadas a seguir.

Por questões de transparência e comparabilidade entre estados e ao longo dos anos, os indicadores Ipea são calculados a partir de dados da execução orçamentária dos estados (Santos et al., 2018). A interpretação de dados orçamentários requer alguns cuidados, entretanto.

Em primeiro lugar, os dados (ditos “liquidados”) utilizados no cálculo dos indicadores Ipea dizem respeito apenas ao orçamento corrente, isto é, os dados do ano t dizem respeito apenas à execução do orçamento do ano t. Ocorre que um estado pode perfeitamente gastar no ano t despesas de orçamentos de anos anteriores a t – desde que previamente inscritas em “restos a pagar não processados” (RAPNPs). Em geral, isso não representa maiores problemas, uma vez que apenas uma pequena parcela das despesas com pessoal é inscrita em RAPNPs de acordo com dados dos (anexos I dos) relatórios resumidos de execução orçamentária (RREOs) dos estados.

GRÁFICO 2c

Taxas de crescimento reais, por estado, do gasto com pessoal total, com ativos e com inativos (2018)¹ - Gastos com ativos (Em %)



Elaboração dos autores.

Nota: ¹ As duas medidas de gastos com inativos do estado do Rio de Janeiro são discutidas em detalhe em Santos et al. (2018) e revisitadas a seguir.

TABELA 3

Servidores estatutários nos estados em 2017 e 2018¹

Estado	2017			2018			Crescimento anual do número de servidores ativos (Em%)	Crescimento anual do número de servidores inativos (Em %)
	Servidores (número de pessoas)	Inativos (número de pessoas)	Pensionistas (número de pessoas)	Servidores (número de pessoas)	Inativos (número de pessoas)	Pensionistas (número de pessoas)		
AC	25.027	11.886	3.130	23.951	12.433	3.149	-4,3	4,6
AL	34.599	24.051	10.010	33.914	25.133	7.212	-2,0	4,5
AM	64.391	26.649	6.771	64.153	28.096	6.904	-0,4	5,4
BA	131.770	103.120	21.613	128.255	109.330	22.194	-2,7	6,0
CE	73.230	49.355	18.186	74.135	50.838	18.270	1,2	3,0
DF	87.599	48.375	11.521	85.807	50.828	11.904	-2,0	5,1
ES	35.323	33.105	12.673	34.750	33.971	10.607	-1,6	2,6
GO	69.876	55.477	12.158	71.626	57.072	12.340	2,5	2,9
MA	65.150	32.795	9.434	65.221	33.614	10.255	0,1	2,5
MG	246.813	276.461	50.462	245.319	283.614	50.752	-0,6	2,6
MS	41.471	25.621	4.576	39.900	26.730	5.031	-3,8	4,3
MT	43.774	26.921	6.478	47.208	27.594	6.588	7,8	2,5
PA	89.483	35.678	10.294	87.810	37.186	10.692	-1,9	4,2
PB	45.788	38.908	11.721	44.972	39.783	11.781	-1,8	2,2
PE	101.263	69.594	ND	103.205	71.371	22.334	1,9	2,6
PI	45.777	31.328	7.661	45.570	32.168	8.379	-0,5	2,7
PR	156.904	91.173	26.693	168.516	94.033	59.299	7,4	3,1
RJ	206.308	167.152	89.258	200.056	168.996	88.804	-3,0	1,1
RO	45.377	6.485	2.706	43.498	7.500	2.757	-4,1	15,7
RS	111.974	163.873	ND	107.906	167.532	n.d.	-3,6	2,2
SC	63.223	57.114	11.999	61.455	59.134	12.195	-2,8	3,5
SE	32.774	14.484	6.834	30.999	n.d.	n.d.	-5,4	n.d
SP	504.065	320.173	129.803	504.065	331.489	127.625	0,0	3,5
TO	35.993	10.756	1.896	34.851	11.398	1.877	-3,2	6,0

Fonte: Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses (DIRPs).

Nota: ¹ Sempre que possível, o mês de referência adotado foi dezembro. Em alguns casos, entretanto, dados de meses próximos (outubro ou janeiro do ano subsequente) tiveram que ser utilizados.

Obs: n.d. – não disponível.



Em segundo lugar, por convenção, os gastos com servidores ativos dependem de alguns componentes, como sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores, que, a rigor, podem conter tanto gastos com ativos como com inativos. Uma vez que se trata de componentes pequenos e/ou estáveis na maior parte dos casos, essa simplificação não envolve, em geral, maiores custos. O exemplo de Pernambuco na tabela 4 é ilustrativo de um caso benigno.

TABELA 4
Detalhamento dos gastos com pessoal ativo de Pernambuco em anos recentes
(Em R\$ bilhões)

Componente/elemento de despesa	2015	2016	2017	2018	
31900400	Contratação por tempo determinado	0,488	0,479	0,397	0,456
31900800	Outros benefícios assistenciais	0,000	0,000	0,000	0,000
31900900	Salário-família	0,000	0,000	0,000	0,000
31901100	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	5,593	5,780	6,167	6,495
31901200	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal militar	1,227	1,209	1,388	1,572
31901600	Outras despesas variáveis – pessoal civil	0,112	0,129	0,168	0,184
31901700	Outras despesas variáveis – pessoal militar	0,005	0,005	0,006	0,008
31903400	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	0,000	0,000	0,000	0,000
31906700	Depósitos compulsórios	0,001	0,000	0,000	0,000
31909100	Sentenças judiciais	0,060	0,022	0,029	0,249
31909200	Despesas de exercícios anteriores	0,106	0,102	0,331	0,053
31909400	Indenizações e restituições trabalhistas	0,036	0,034	0,034	0,034
31909600	Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,035	0,036	0,035	0,035
33903400	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	0,000	0,000	0,000	0,000
33904600	Auxílio-alimentação	0,298	0,320	0,322	0,331
33904900	Auxílio-transporte	0,014	0,056	0,070	0,067
Obrigações patronais, exclusive RPPSs		0,214	0,220	0,220	0,212
Obrigações patronais para a capitalização dos RPPSs		0,000	0,000	0,000	0,000
Total bruto		8,189	8,392	9,167	9,697
(-) Contribuição dos segurados ativos para repartição simples		0,779	0,717	0,912	0,933
(-) Arrecadação do Imposto de Renda (IR) dos servidores públicos		0,912	1,033	1,324	1,471
Total líquido		6,498	6,641	6,930	7,293

Fonte: STN, até 2017; e Portal da Transparência de Pernambuco, 2018.

Na prática, entretanto, os elementos de despesa “sentenças judiciais” e “despesas de exercícios anteriores” (DEAs) podem ser bastante grandes em alguns estados/anos, distorcendo os números dos gastos com ativos. O caso do Rio de Janeiro em anos recentes – com DEAs muito grandes e basicamente compostos por gastos com inativos (tabela 5) – é paradigmático nesse sentido. Nesse caso, o procedimento proposto por Santos et al. (2018) é o ajuste dos dados de ativos (a menor) e inativos (a maior) do estado, computando as DEAs como gastos com inativos. Os dados da tabela 5, já devidamente ajustados, evidenciam que os principais fatores para o aumento dos gastos com ativos no estado em 2018 foram despesas com sentenças judiciais da ordem de R\$ 1,6 bilhão e o aumento da folha de pagamento dos militares (da ordem de R\$ 400 milhões). Com efeito, a folha salarial dos servidores estatutários civis do estado (ou seja, o elemento de despesa 31901100) chegou a cair em termos nominais em 2018.

TABELA 5

Detalhamento dos gastos com pessoal ativo do Rio de Janeiro em anos recentes

(Em R\$ bilhões)

	2015	2016	2017	2018	
31900400	Contratação por tempo determinado	0,096	0,094	0,061	0,053
31900800	Outros benefícios assistenciais	0,000	0,000	0,000	0,000
31900900	Salário-família	0,000	0,000	0,000	0,000
31901100	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	12,267	12,263	11,858	11,790
31901200	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal militar	2,947	3,248	3,620	4,046
31901600	Outras despesas variáveis – pessoal civil	1,520	1,474	1,307	1,521
31901700	Outras despesas variáveis – pessoal militar	1,139	1,249	0,998	1,074
31903400	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	0,000	0,000	0,000	0,000
31906700	Depósitos compulsórios	0,000	0,000	0,000	0,000
31909100	Sentenças judiciais	0,372	0,076	0,070	1,562
31909200	Despesas de exercícios anteriores	0,144	0,165	2,456	1,146
31909400	Indenizações e restituições trabalhistas	0,004	0,004	0,007	0,008
31909600	Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,028	0,026	0,017	0,018
31909900	A classificar	0,217	0,059	0,001	0,000
33903400	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	0,000	0,579	1,046	1,105
33904600	Auxílio-alimentação	0,321	0,398	0,435	0,502
33904900	Auxílio-transporte	0,258	0,288	0,295	0,302
(+) Obrigações patronais, exclusive RPPS		0,367	0,392	0,330	0,339
(+) Obrigações patronais para a capitalização dos RPPS		0,110	0,081	0,159	0,248
Total bruto	19,788	20,396	22,430	23,713	
(-) Contribuição dos segurados ativos para repartição simples	1,316	1,190	1,350	2,020	
(-) Arrecadação do IR dos servidores públicos	2,852	3,073	3,830	3,903	
Ajuste de despesa de exercícios anteriores ¹	0,000	0,000	1,956	1,060	
Total líquido	15,620	16,133	15,294	16,730	

Fonte: STN, até 2017; e Portal da Transparência do Rio de Janeiro, 2018.

Nota: Calculado a partir da análise – por subelemento de despesa – das despesas de exercícios anteriores totais.

Há, entretanto, duas maneiras de se ajustarem os gastos com inativos por conta de DEAs (tabela 6). O indicador RJ1 considera as DEAs liquidadas e pagas em 2018 como gastos com inativos nesse mesmo ano – aproximando-se, portanto, do critério contábil de caixa. Já o indicador RJ2 considera as DEAs liquidadas e pagas em 2018 como gastos com inativos em 2017, posto que, por definição, elas são de exercícios anteriores a 2018 – aproximando-se, assim, do critério contábil de competência. Logo, é possível concluir que o principal motivo para a redução do indicador RJ1 das despesas com inativos no Rio de Janeiro verificada em 2018 foi a diminuição do tamanho das DEAs nesse último ano em relação ao valor visto em 2017 (tabela 6). Note-se, ademais, que valores elevados das DEAs fazem com que o indicador RJ2 fique bastante incerto em 2018. Isso ocorre porque o valor do indicador RJ2 em 2018 depende do valor, ainda desconhecido, das DEAs em 2019. A hipótese adotada aqui foi a de que as DEAs de 2019 serão iguais às DEAs de 2018 (que são bem menores que as de 2017, o que também explica a queda do indicador RJ2).

Distorções por conta de DEAs – menores, é verdade, do que as verificadas no Rio de Janeiro – estão se tornando mais comuns nos últimos anos. Elas ajudam, por exemplo, a explicar uma parte da queda recorde dos gastos com pessoal ativo no Paraná em 2018 (as DEAs do estado caíram perto de R\$ 500 milhões no ano passado relativamente a 2017), e há fortes indícios de que as DEAs aumentarão

significativamente em alguns estados, como Goiás e Piauí, no ano que vem. A próxima seção detalha os motivos.



TABELA 6

Detalhamento dos gastos com pessoal inativo do Rio de Janeiro em anos recentes

(Em R\$ bilhões)

	2014	2015	2016	2017	2018
31900100 Aposentadorias e reformas	0,00	0,00	0,86	13,87	14,66
31900300 Pensões	0,04	0,04	0,04	4,11	4,41
31900500 Outros benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900100 Aposentadorias e reformas	10,06	10,18	10,80	0,00	0,00
33900300 Pensões	3,10	3,11	3,28	0,00	0,00
33900500 Outros benefícios previdenciários	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00
Ajuste DEAs – RJ1	0,00	0,00	1,72	2,21	1,06
Ajuste DEAs – RJ2	0,00	1,72	2,21	1,06	1,06
Total RJ1	13,21	13,34	16,71	20,20	20,13
Total RJ2	13,21	15,06	17,20	19,05	20,13

Fonte: STN, até 2017; e Portal da Transparência do Rio de Janeiro, 2018.

3 Dados bimestrais de 2018

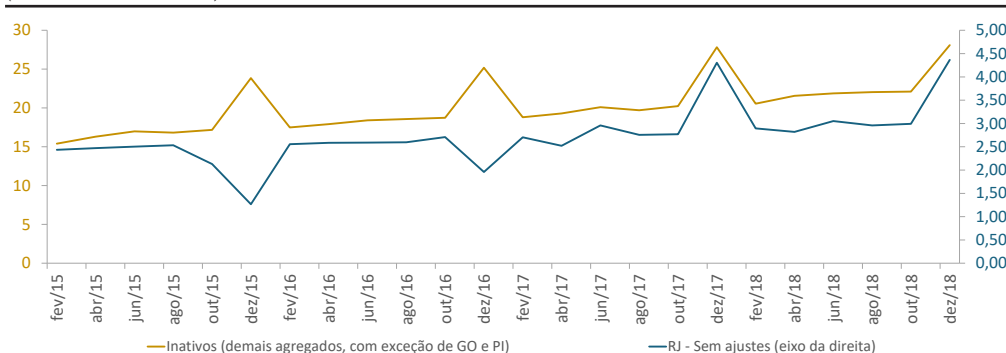
Além das dificuldades interpretativas próprias dos dados anuais, a análise dos dados de alta frequência de estados específicos deve levar em consideração o fato de que estes últimos regularmente apresentam sazonalidades variáveis – por exemplo, a execução orçamentária do ano t pode ser bastante diferente da do ano t-1. Daí, inclusive, a preferência, no gráfico 1, pela utilização dos índices agregados nos últimos doze meses (seis bimestres).

Dito isso, os dados do sexto bimestre do ano, em particular, frequentemente são bastante esclarecedores dos ajustes feitos ou não pelos estados quando do fechamento das contas anuais. Mais uma vez, os dados do Rio de Janeiro são úteis para explicar o fenômeno. As fortes quedas verificadas na execução orçamentária (sem ajustes) dos gastos de inativos nos sextos bimestres de 2015 e 2016 (gráfico 3), por exemplo, claramente já indicavam o crescimento das DEAs do estado nos anos subsequentes. Com efeito, os dados dos demais estados deixam clara a tendência sazonal de *aumento* (e não redução) dos gastos com inativos no sexto bimestre de cada ano.

GRÁFICO 3

Execução orçamentária bimestral dos gastos com inativos do Rio de Janeiro sem ajustes nas DEAs e dos demais estados¹

(Em R\$ bilhões nominais)



Fonte: Portal da Transparência do Rio de Janeiro.

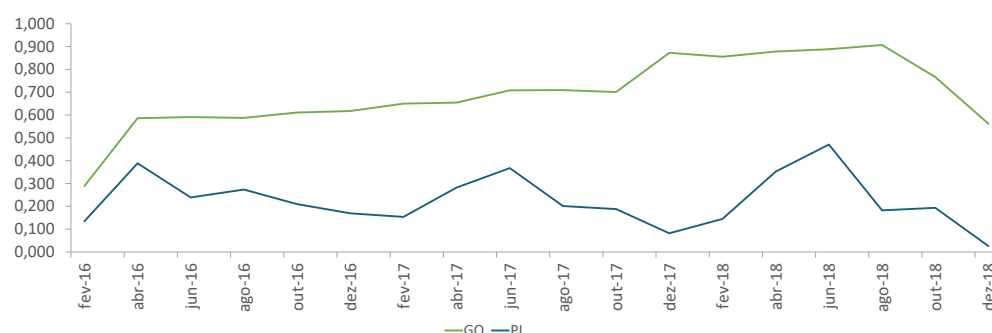
Elaboração dos autores.

Nota: Os dados deste gráfico excluem os de Goiás e Piauí, por motivos tratados a seguir (gráfico 4).

Os dados de Goiás e Piauí (gráfico 4), em particular, sugerem fenômenos semelhantes ocorrendo em anos recentes – indicando que a prática de ajustar as contas do ano t inflando as DEAs de $t+1$ está se disseminando pelo país. Esse fato levou, inclusive, à revisão do indicador Ipea de gastos inativos do Piauí e à não publicação de dados dos gastos com ativos do estado nesta atualização ⁵(gráfico 4). É possível, mas ainda incerto, que os dados de gastos com ativos de Goiás também venham a sofrer modificações no futuro.⁶

GRÁFICO 4

Execução orçamentária bimestral dos gastos com inativos de Goiás e Piauí sem ajustes nas DEAs
(Em R\$ bilhões nominais)



Fonte: Portais da transparência de Goiás e Piauí.

4 As revisões feitas nos indicadores divulgados em Novembro de 2018

Além das alterações feitas nos dados do Piauí, as principais mudanças nessa atualização dos indicadores Ipea de gasto com pessoal, em comparação com os dados lançados em novembro de 2018, foram: *i*) a inclusão de indicadores de gastos com ativos do Paraná, por conta da atualização do Portal da Transparência do estado; *ii*) a mudança na hipótese adotada na construção do indicador RJ2, que, na atualização passada, era a de que as DEAs do ano $t + 1$ seriam zero; *iii*) a atualização dos dados anuais de referência de doze estados com dados atualizados e referentes a todos os Poderes nos portais da transparência (são estes: Acre, Alagoas, Amazonas, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins); e *iv*) pequenos refinamentos nas séries indicadoras utilizadas nos procedimentos de desagregação temporal e *nowcasting*.

⁵ O dado anual de referência do indicador anterior era extraído da EOE. Uma vez que se tem claro, agora, que a dinâmica das DEAs tem prejudicado a interpretação dessa última, optou-se por utilizar os dados dos DIRPs do estado como a série do indicador Ipea – ao invés de apenas como série indicadora (tal como em Santos et al., 2018).

⁶ Ao contrário do que ocorreu no Piauí, as DEAs do estado de Goiás não sofreram variações substanciais em anos recentes indicativas de problemas no índice Ipea.

Referências

GIAMBIAGI, F. Necessidades de financiamento do setor público – bases para a discussão do ajuste fiscal no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 27, n. 1, p. 185-220. abr. 1997.

SANTOS, C. H. M. dos. *et al.* **Indicadores bimestrais dos gastos com pessoal nos estados brasileiros (2006:1-2018:4)**. Rio de Janeiro: Ipea, nov. 2018. (Carta de Conjuntura, n. 41).

WERNECK, R. F. Federalismo fiscal e política de estabilização no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 2, n. 49, p. 375-390, abr.-jun. 1995.



Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)

José Ronaldo de Castro Souza Júnior – Diretor
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti – Diretor Adjunto



Grupo de Conjuntura

Equipe Técnica:

Christian Vonbun
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marcelo Nonnenberg
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa
Paulo Mansur Levy
Vinicius dos Santos Cerqueira
Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Assistentes:

Adriana Cabrera Baca
Ana Cecília Kreter
Augusto Lopes dos Santos Borges
Felipe dos Santos Martins
Janine Pessanha de Carvalho
Leonardo Simão Lago Alvite
Matheus Souza Peçanha
Pedro Mendes Garcia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.